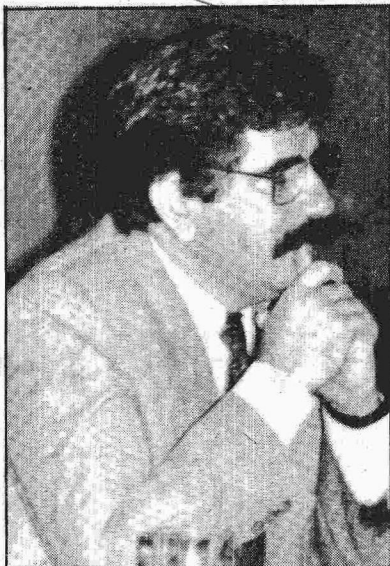


Orçamento militar pode sofrer novo corte

Helival Rios

Carlos Menandro



Tinoco diz que foi comedido

Os ministérios militares poderão sofrer cortes em seus orçamentos para 1990 muito mais rigorosos do que os que foram sugeridos pelo relator geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), de NCz\$ 379 milhões. Alegando que a área militar obteve, em média, aumentos reais nos seus investimentos (acima da inflação) de 220%, se comparados aos recursos aprovados para 1989, vários parlamentares apresentaram emendas e indicações sugerindo que a área militar ceda, pelo menos, NCz\$ 1 bilhão para a área social, que sofreu uma queda de 6% em média, nos seus investimentos para o próximo ano.

O relator geral da Comissão disse que foi comedido nos cortes para a área militar, por entender a importância estratégica para o País de vários dos projetos ali desenvolvidos, como os de concepção do avião-caça subsônico AMX, em associação com a Itália, e o projeto Calha Norte, de fortalecimento das fronteiras do País, num momento delicado do combate ao narcotráfico.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional reúne-se amanhã, à tardinha, para votar as modificações nos orçamentos fiscal e da seguridade social para 1990, que movimentam recursos de NCz\$ 338 bilhões. Até o final da tarde de quinta-feira, prazo limite para a contestação formal dos orçamentos federais, haviam sido apresentadas mais de 5 mil emendas. Essas emendas estão sendo trabalhadas neste final de semana pelos relatores setoriais, que se encarregarão de fazer sugestões sucintas ao relator geral.

Sugestão

Em seu parecer preliminar, o relator geral Eraldo Tinoco sugeriu cortes globais de NCz\$ 450 milhões nos orçamentos fiscal e da seguridade, que serão realocados em áreas que considerou mais prioritárias.

Foram atingidos pelos cortes do relator o Tribunal de Contas da União, com NCz\$ 5 milhões; a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, com NCz\$ 29 milhões; o Estado-Maior das Forças Armadas, com NCz\$ 20 milhões; a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com NCz\$ 5 milhões; as Indústrias Nucleares do Brasil S/A, com NCz\$ 10 milhões; o Ministério da Aeronáutica, com NCz\$ 150 milhões; a Empresa Brasileira de As-

sistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), com NCz\$ 20 milhões; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com NCz\$ 21 milhões; o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com NCz\$ 10 milhões; o Ministério do Exército, com NCz\$ 100 milhões; e o Ministério da Marinha, com NCz\$ 80 milhões. Dessas, o relator admite rever o corte para a extensão rural no seu próximo parecer que será apresentado amanhã.

Os NCz\$ 450 milhões cortados dessas áreas, segundo o entendimento do relator geral, seriam distribuídos para o Ministério da Agricultura (NCz\$ 70 milhões), Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (NCz\$ 20 milhões), Interior, NCz\$ 50 milhões, Minas e Energia, NCz\$ 130 milhões, Ministério da Saúde, NCz\$ 20 milhões, e Ministério dos Transportes, NCz\$ 160 milhões.

Prazo

O cronograma estabelecido para a tramitação do orçamento de 1990 no Congresso Nacional está extremamente apertado. O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho espera, contudo, que a votação do orçamento em plenário ocorra no dia 7 de dezembro.

Os orçamentos federais para 1990, segundo queixa do relator geral Eraldo Tinoco, são muito magros, pois destinam 64,5% do total dos seus recursos (NCz\$ 220 bilhões) para o serviço da dívida pública interna (pagamento de juros e amortizações). Para dar uma folga no orçamento, seria necessário que o governo tivesse em execução uma política econômica que alongasse o perfil dessa dívida, ou seja, trocando títulos de curtíssimo prazo, como os que existem atualmente no mercado, por títulos de prazos mais

longos, gerando uma folga de recursos para o governo aplicar na área social.

Descobertas

Nos últimos dias, os parlamentares que integram a comissão mista de orçamento têm feito uma verdadeira caça de recursos que podem estar "ocultos" dentro dos orçamentos elaborados pela Seplan. O deputado João Paulo, do PT de Minas, por exemplo, encontrou cerca de NCz\$ 600 milhões de recursos tributários destinados, segundo ele erroneamente, para a rolagem da dívida pública interna. Já o deputado Chico Humberto, do PDT, encontrou uma disponibilidade de NCz\$ 5 bilhões, ao verificar que o governo previa no orçamento um pagamento de 12,68% de juros reais ao ano, o que é vetado pela nova Constituição, que fixou os juros reais em 12% ao ano. O relator geral, entretanto, tem dúvidas sobre a constitucionalidade de o Congresso mexer nesses recursos, e pediu, neste sentido, um parecer da assessoria jurídica, que ainda está sendo elaborado.

Problemas

Mas além das questões gerais da guerra pela partilha de migalhas orçamentárias, a Comissão vai ter ainda que enfrentar dois graves problemas: terá de "arranjar" NCz\$ 1,6 bilhão para cobrir as despesas de 1990 do poder Judiciário, e mais NCz\$ 1,8 bilhão para o ensino fundamental, um total, portanto, de NCz\$ 3,4 bilhões.

No caso do poder Judiciário, a Seplan simplesmente fez uma menção ao Congresso que estava encaminhando intacta a proposta orçamentária daquele setor, estipulada em NCz\$ 3,2 bilhões, sugerindo que ela fosse cortada em 50%. No entanto, indicou em seguida que o NCz\$ 1,6 bilhão restante seria coberto pela "reserva de contingência". Ocorre que essa rubrica, destinada à cobertura de gastos com calamidades (secas, enchentes etc), conta apenas com NCz\$ 1,7 bilhão. Até a noite desse final de semana, os parlamentares não sabiam como conseguir esses recursos, pois os orçamentos de 1990, como disse ao *Jornal de Brasília* o deputado Eraldo Tinoco, não têm gorduras, e as cartilagens já foram cortadas. Qualquer corte, daqui para a frente, terá de ser feito no osso de um setor, para transplantar para outro setor. "É como se diz na Bahia: temos de descobrir um santo para cobrir outro".

No caso do ensino fundamental, a aplicação de mais NCz\$ 1,8 bilhão teria de ser feita para adequar-se o orçamento aos preceitos constitucionais.